

FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS: O QUE DIZEM OS ESTUDOS?

Anaylla da Silva Lemos¹

Anne Karoline Silva Felix²

RESUMO: O artigo tem como objetivo identificar o que está sendo produzido em relação à educação inclusiva e à formação de professores no âmbito do Ensino Fundamental (anos iniciais). Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com foco na temática da educação inclusiva, utilizando a base de dados da plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD), com recorte temporal de 2010 a 2024. Diante disso, a concepção que se tem de educação inclusiva, atualmente, se deu a partir da Declaração de Salamanca, que trouxe avanços substanciais, além disso, as políticas públicas de educação tiveram um importante papel para que as pessoas com deficiência tivessem acesso à educação. No quesito de formação docente, os autores consultados afirmam que é necessário ainda mais investimento em formação em atendimento educacional especializado.

Palavras-Chave: Formação docente. Educação inclusiva. Anos iniciais.

1 INTRODUÇÃO

Antes de compreendermos como está o processo da educação inclusiva nos espaços escolares e a formação docente para o atendimento educacional especializado, precisamos explicitar os caminhos que essa educação percorreu até chegar a sua garantia no âmbito legislativo.

Para Tavares, Santos e Freitas (2016), ocorreram avanços na medicina no contexto da Segunda Guerra Mundial, considerando que pessoas adquiriram deficiência intelectual, sendo tratadas em clínicas psiquiátricas. Foi nesse cenário que o atendimento às pessoas com deficiência se estabeleceu sob a égide dos modelos médicos.

Ainda em diálogo com os autores supracitados, foi somente a partir da proliferação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que a formação saiu dos moldes médicos e passou a ser um modelo de educação.

¹ Professora de Educação Básica. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Especialista em Mídias na Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

² Professora Orientadora. Doutoranda em Educação m Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Partindo do pressuposto de que as pessoas com deficiência intelectual são capazes de aprender, vem surgindo na legislação brasileira as primeiras ideias de uma educação inclusiva.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, se implantou um modelo de uma educação que atendesse a todo o público, garantido não só o acesso, mas também a sua permanência nos espaços escolares. No que se refere ao ensino de pessoas com necessidades específicas, a garantia deste direito andou a passos mais lentos.

No âmbito legislativo, a educação inclusiva é referenciada no capítulo V da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo que ela deve ser ofertada preferencialmente na rede regular, para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

Antes da educação inclusiva³ ser executada nas salas de aulas regulares, era realizada em espaços específicos. A educação especial numa perspectiva inclusiva foi se estabelecendo conforme três momentos. O primeiro momento foi chamado de exclusão, consistia no fato de que todas as pessoas com alguma necessidade específica/deficiência eram totalmente excluídas da sociedade. O segundo momento é demarcado por um processo chamado de segregação, em que as pessoas tinham assistência em lugares específicos, exemplo disso-eram os espaços destinados ao atendimento educacional de pessoas com deficiência, denominadas assim de escolas especiais.

O terceiro momento é o da integração, em que as crianças/jovens/adultos eram integradas nas salas de aulas regulares, porém, o docente não adaptava nenhuma de suas atividades para o atendimento de suas necessidades. Por fim, o paradigma atual é o da inclusão. O processo de inclusão é aquele em que todas as pessoas com a algum tipo de necessidade específica devem ser

³ Entendemos que a educação inclusiva atende a todos os públicos considerados minorias sociais, porém como o artigo foi formulado no âmbito da especialização em Atendimento Educacional Especializado, ao mencionar a educação inclusiva, estamos nos referindo ao atendimento de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e a sua inclusão nos espaços escolares e sociais. Para compreender melhor sobre a Educação Especial e Educação inclusiva sugerimos a leitura: BUENO. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação Especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília, DF, CAPES, 2008. p. 43-63.

atendidas nos espaços escolares e nas salas regulares, devendo o docente trabalhar as potencialidades dos estudantes.

Foi em 1994, na Conferência Mundial sobre Educação Infantil, realizada em Salamanca, que se teve uma ampliação no debate sobre as diretrizes e bases da educação inclusiva. A Declaração de Salamanca, como ficou conhecida, é um dos documentos internacionais que mais tem peso em relação ao que conhecemos da educação inclusiva.

A educação inclusiva busca fazer com que o estudante com necessidades específicas seja incluído nos espaços de aula regular. Diante da importância de incluir as crianças nesses espaços, as Instituições de Ensino Superior (IES) buscam ativamente levar a temática da inclusão para os alunos que estão em seu processo de formação inicial.

A formação docente no Brasil, e em especial, do professor pedagogo (que atua na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), vem sendo modificada com uma certa frequência, na perspectiva de atender as necessidades que a sociedade traz para a sala de aula.

De acordo com Senna (2008), a proposta de uma educação inclusiva parte do princípio de uma escola que deve saber lidar com a diversidade do aluno, sejam alunos com transtornos do globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, crianças com deficiência, alunos LGBTQIAP+, entre outras manifestações da diversidade. Ou seja, é papel da escola, bem como do seu quadro de funcionários, estarem preparados para compreender as necessidades do seu público.

Diante dessa afirmativa e corroborando com o desenvolvimento de Senna (2008), destacamos que é fundamental que a escola prepare os docentes que já estão atuando e desenvolvendo atividades com esses alunos, bem como é de suma importância que as IES atuem nessa linha de formação inicial, preparando, assim, os novos docentes da educação básica. Compreendendo também que a prática docente é permeada pelas políticas públicas, estando na centralidade da política como uma diretriz, é relevante conhecer o que tem sido produzido de conhecimento científico nessa área.

A escola é um espaço privilegiado para a manifestação de diversas questões da vida social, portanto, devemos levar em consideração a formação de professores para atuação da docência frente às novas informações e

demandas encontradas. Diante do que foi exposto, buscaremos responder à pergunta: *“que conhecimento está sendo produzido em relação à educação inclusiva e formação de professores?”*.

Para atender à nossa questão de pesquisa, temos como objetivo geral identificar o que está sendo produzido em relação à educação inclusiva e à formação de professores no âmbito do Ensino Fundamental (anos iniciais). Como objetivos específicos: identificar tendências na produção de conhecimento acerca da formação de professores para a educação inclusiva; delinear a concepção de educação especial que tem sido hegemônica na produção de conhecimento acadêmico; compreender como está o processo de formação docente em relação à educação especial

Muito se tem discutido sobre a necessidade de incluir pessoas com deficiência nos espaços educacionais, mas como está sendo a formação dos professores para que possa de fato haver a inclusão desse aluno no processo de aprendizagem, considerando que incluir é diferente de inserir.

O artigo segue a seguinte estrutura: introdução, metodologia, resultado e discussões e conclusão. No espaço da introdução, o tema foi apresentado, tratando de alguns fatos históricos que marcaram o atendimento às pessoas com deficiência. Na seção sobre questões metodológicas, apontamos como se deu o desenvolvimento da pesquisa e o tratamento das informações. Na seção de resultados e discussões, trazemos os dados obtidos com a busca na plataforma da BDTD, bem como, apontamos as ideias dos autores e suas conclusões.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa possui um caráter qualitativo, pois privilegia os aspectos dos saberes humanos não quantificáveis, sem o compromisso com a interpretação de dados numéricos. A pesquisa com abordagem qualitativa requer que o investigador veja que todos os aspectos e dados da pesquisa são “triviais, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BOGDAN; BIKLEN 1994, p. 49).

Como percurso do processo teórico-metodológico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD) em relação à formação de professores e a educação

inclusiva nos anos iniciais da educação básica. A escolha por esse repositório se deu por ser um local que congrega as pesquisas realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação das instituições públicas, ou seja, fornece um panorama da produção de conhecimento no país, além de ter um grande acervo de pesquisas em educação. Foram utilizados como descritores “Educação inclusiva”, “Formação Docente” e “Anos iniciais”. O critério para a escolha desses descritores parte da ideia de que tem alinhamento com a temática da especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Temos como objetivo compreender, a partir das publicações de teses e dissertações, o que está sendo discutido sobre a educação inclusiva e a formação de professores. Como recorte temporal, definiu-se os anos de 2010 a 2024, pois compreende um período de 14 anos, gerando-se uma maior amplitude de dados para análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, foram encontrados 202 resultados, e como modo de exclusão, foram utilizados os seguintes critérios: 1. produções da área da educação; 2. que não especificassem um tipo de deficiência; 3. não apresentassem questões relacionadas a disciplinas específicas; 4. não abordassem o tema da gestão.

Após essa análise inicial, foram escolhidos seis (06) estudos que atendessem ao seguinte perfil: falar sobre inclusão e formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Para compor essa análise, os trabalhos foram organizados nas seguintes categorias: Políticas de inclusão e formação de professores.

O quadro a seguir apresenta os títulos dos estudos selecionados, com nomes dos autores, ano e tipo de publicação:

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO
A escola e o professor frente ao currículo inclusivo	Vanessa Caroline da Silva	2010	Dissertação
O desafio da inclusão de alunos com NEE em aulas de matemática: o caso	Andreza Fiorini Perez Rivera	2017	Dissertação

dos anos iniciais do ensino fundamental			
Reflexões sobre a formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva e suas implicações no trabalho docente.	Pollianna Garcia dos Anjos	2018	Dissertação
A formação continuada no contexto da educação inclusiva: Contribuições para as práticas pedagógicas de professores do Município de Caçador-SC	Francine de Matias	2023	Dissertação
Desenho universal para aprendizagem: práticas Docentes inclusivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Juliana Delpasso Bistrican Sampaio	2022	Dissertação
As significações de professores dos anos Iniciais do ensino fundamental sobre a Educação inclusiva	Laura Rechdan Ribeiro Novaes	2020	Dissertação

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

3.1 Breve histórico da educação inclusiva

A inclusão dos alunos com necessidades específicas tomou uma maior proporção a partir da década de 1990, quando as políticas curriculares começaram a incorporar a concepção de que os alunos com deficiência devem estar nos espaços escolares, sendo incluídos no processo de aprendizagem. Essa alteração curricular é precedida por diversos processos como o avanço nos estudos sobre a temática, pressões da sociedade, por meio dos movimentos sociais, e alterações no âmbito legislativo.

O primeiro passo para um início de uma educação especial foi após a segunda guerra mundial, em que muitos dos soldados ficaram com alguma deficiência em decorrência da guerra (ROGALSKI, 2010), com isso, a demanda pela inclusão das pessoas com deficiência foi crescendo. As protoformas de uma educação inclusive surgem no cenário internacional, quando a Dinamarca iniciou

um processo de rejeição de escolas destinadas à pessoa com deficiência e nos Estados Unidos adesão de uma educação inclusiva cresceu consideravelmente (ROGALSKI, 2010).

No âmbito brasileiro, um marco importante para uma educação inclusiva foi a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, em que trata que todos os cidadãos brasileiros devem ter direito ao acesso e à permanência na educação, sendo de responsabilidade do Estado e da família. Após a promulgação da CF de 1988, a LBD, lei nº 9.394/96, vem reafirmar a necessidade de adaptação curricular em relação a uma educação inclusiva, em que reforça a necessidade de uma educação que atenda e respeite a liberdade e igualdade de todos os brasileiros.

Pensar em políticas de inclusão e reformulação do currículo escolar envolve, também, políticas de formação docente de modo inicial ou continuada. A formação de professores deve ser pensada para atender as demandas da sociedade, acompanhando as reformulações curriculares. Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que insistiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Básica, se estabelece a educação inclusiva no processo da formação de professores, preconizando que todos os educadores de formação inicial devem ter habilidades e competências para atuar na educação especial.

Mas o que podemos considerar daqueles professores que já estão atuando nos espaços escolares? Como podemos compreender a atualização da prática docente, considerando a ampliação da inserção de pessoas com deficiência na escola? São esses e outros questionamentos que buscaremos trazer para uma perspectiva de ampliação do conhecimento da educação inclusiva e formação de professores.

3.2 Política de Inclusão

Para essa discussão, as produções selecionadas formam dos autores Rivera (2017) e Silva (2010). Nesse eixo, os autores vêm destacando a importância das leis para que a educação de pessoas com deficiência seja garantida e que todos tenham acesso. Rivera (2017) e Silva (2010) destacam que a Declaração de Salamanca (1994) trouxe avanços para a educação inclusiva nos países. Já a autora Silva (2010) relata que a Declaração é uma

possibilidade de amenizar “os impactos históricos da exclusão das pessoas com deficiência em geral” (SILVA, p. 25, 2010)

Para Rivera (2017), as políticas de educação inclusiva foram sendo atualizadas de acordo com os avanços dos estudos, saindo do status de “dó e piedade” (RIVERA, p. 24, 2017) e indo ao encontro de uma educação que atende aos estudantes com deficiência. Sobre o Brasil, Silva (2010) destaca a LDB, lei nº 9.394/96, com “avanços bastante significativos para a educação, sobretudo para a educação especial, já que esta passa a ser uma modalidade educacional que perpassa todos os níveis de ensino” (SILVA p. 34, 2010).

Silva (2010) destaca em seu texto que a LDB, é uma importante política, pois assegura aos alunos com deficiência a adaptação curricular, bem como garante o atendimento por professores especializados. Mas ainda ressalta que:

a legislação traz aspectos importantes e necessários para uma educação inclusiva, muito embora, por si só, não garanta a efetivação de políticas e programas inclusivos que superem a lógica da exclusão ainda presente na escola (SILVA, p. 35, 2010).

Rivera (2017), vem apontando em suas discussões que as políticas de educação inclusiva vão além daquela que deve ser exercida nas escolas e por profissionais da área médica e educacional, que devemos ter consciência que todos devem contribuir para a construção de um mundo mais inclusivo. Ao mencionar esses fatores, a autora faz um relato sobre as barreiras atitudinais e infraestruturas que não atendem as necessidades de inclusão.

Rivera (2017), faz um passeio nas leis brasileiras relacionadas à educação inclusiva, destacando o Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), e Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). A autora busca fazer um levantamento de como as políticas de educação inclusiva apontam os direcionamentos a serem desenvolvidos nas escolas, tais como: acesso e permanência dos alunos com deficiência nos espaços escolares; professores especializados com objetivo de atender melhor às necessidades dos alunos em sala de aula.

Em resumo, as duas autoras destacaram a importância e a necessidade de políticas públicas que atendam aos alunos com deficiência, que essas

políticas avançaram de acordo com o desenvolvimento de estudos realizados, tanto na área da educação quanto nas áreas médicas.

3.3 Formação de professores

Para as discussões desse tópico, usaremos as produções dos autores Silva (2010), Anjos (2018), Matias (2023), Sampaio (2022) e Novaes (2020). Para iniciarmos as discussões, retomamos uma ideia de Silva (2010), já apresentada nesse estudo, de que a legislação é importante e traz aspectos significativos para educação, mas é necessário investir, também, em formação de professores.

A formação docente está presente nos textos quando tratam da importância de um professor especializado para atender os alunos com deficiência. Silva (2010) destaca que a formação inicial de professores priorizou uma educação básica homogênea e que, agora, algumas universidades estão buscando um currículo mais heterogêneo, pois a escola é um espaço múltiplo.

Anjos (2018) e Sampaio (2022) nos trazem apontamentos de um professor com prática reflexiva, em que, a partir de suas atividades, devem refletir e agir diante das dificuldades encontradas na sala de aula, “as formações também precisam criar condições para que todos possam compreender e saber lidar com as individualidades humanas” (ANJOS, p. 111, 2018). Sampaio (2022) nos direciona também para uma prática reflexiva, propondo mudanças nas práticas de ensinar e aprender, apontando, também, que o aluno com deficiência necessita de um apoio pedagógico para que ocorra seu processo evolutivo.

Anjos (2018) e Silva (2010) fazem críticas ao sistema de ensino de professores no quesito da formação continuada, para as autoras, os processos formativos seguem modelos padronizados de técnicas e, assim, acabam por desconsiderar a subjetividade dos indivíduos que estão dentro dos espaços escolares.

Matias (2023), apresenta críticas em relação à formação continuada de professores, para a autora:

quanto mais se avança nas propostas de inclusão escolar em direção à defesa de uma escolarização para todos, contrariamente se extinguem os cursos de formação de professores para a Educação Especial (MATIAS, p. 35, 2023).

Assim como Matias (2023), Sampaio (2022) apresenta críticas ao processo formativo dos docentes para atuação na educação inclusiva. Enquanto Matias (2023) apresenta críticas sobre a formação continuada, Sampaio (2022) direciona seus posicionamentos em relação ao processo de formação inicial, destacando que os currículos de formação inicial estão se mostrando insuficientes para a educação inclusiva. Ou seja, reafirmando a necessidade de o professor estar em constante estudo e reflexão de sua prática.

Anjos (2018), em diálogo com Carvalho (2016), Plestch (2009), Glat e Plestch (2012), destaca que a realidade da educação brasileira ainda está aquém de uma prática de escola inclusiva para os alunos com algum tipo de deficiência:

no sentido de oferecer as respostas educativas que atendam às necessidades dos alunos, à medida que são desconsideradas outras questões que independem da capacidade do professor em desenvolver atividades inclusivas, como a precarização do trabalho docente, a jornada de trabalho excessiva, os salários baixos e defasados com relação a outras profissões, a falta de um espaço adequado que melhor proporcione a reflexão da prática e o planejamento das ações (ANJOS *apud* PLESTCH, p. 91, 2018).

Os autores apresentados até então fazem destaque para a necessidade de modificação das políticas de formação inicial e continuada de professores para que se tenha uma educação inclusiva. Os autores também enfatizam que não somente o professor é responsável pela educação inclusiva, sendo necessário, também, uma modificação no que temos de infraestrutura.

Como conclusão de sua pesquisa, Anjos (2018) afirma que a formação continuada se dá como um desafio, pois, muitos processos formativos dos professores para o atendimento especializado não considera as diversidades do alunado com deficiência. Já Matias (2023) reforça a importância da conscientização docente como agente transformador e sobre a necessidade de o professor da sala regular de ensino estarem em constante formação.

Sampaio (2022) faz uma reflexão sobre as dificuldades dos professores em se tratar de uma educação com uma perspectiva inclusiva. Além disso, mostra que a prática docente é cheia de desafios e de saberes que, muitas vezes, são desenvolvidos no dia a dia do fazer docente. Novaes (2020) relata as dificuldades dos professores entrevistados, em relação à formação inicial, pois

para eles, essa etapa formativa foi insuficiente, destacando a importância do saber por experiência das professoras.

A partir das leituras empreendidas, podemos considerar que as pesquisas nos trazem um aparato teórico bom para o desenvolvimento de uma educação na perspectiva inclusiva, sendo necessária a ampliação de etapas formativas e de conscientização dos gestores públicos em investimento, no quesito de infraestrutura, pois somente os professores e sua prática não são garantia de uma educação inclusiva de fato.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão buscou realizar um levantamento de publicações acerca do tema educação inclusiva e formação de professores no âmbito do Ensino Fundamental (anos iniciais) na BDTD a fim de identificar o que está sendo produzido.

Partindo do objetivo geral desse artigo, podemos considerar que a educação de pessoas com deficiência vem se modificando de acordo com os avanços ocorridos nas políticas públicas de educação, que incorporaram o reconhecimento do caráter biopsicossocial das deficiências, sendo preconizada uma educação nas classes regulares de ensino, considerando a necessidade de os alunos estarem em convivência com os demais e não serem tratados de modo que os segreguem.

As pesquisas apresentadas nos remetem à necessidade da modificação curricular dos espaços de formação inicial e continuada. Pois é possível compreender que esses processos formativos não preparam os docentes para atuação com crianças com deficiência. Outro fator que dificulta a atuação dos professores regentes de sala de aula é que muitos processos de formação não trabalham as diferentes necessidades dos alunos em específico sendo, muitas vezes, apresentados de modo geral.

No tocante às políticas para educação especial, a partir da publicação da Declaração de Salamanca, no Brasil e no mundo, as perspectivas de uma educação mais inclusiva ganharam mais notoriedade. No Brasil, tivemos mais expressividade na formulação e consolidação de políticas públicas visando o

aumento do atendimento educacional especializado de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação ou altas habilidades.

Destacamos que a legislação, reconhecendo a inclusão na educação como direito, por si só, não é suficiente, é necessário investimento em formação de professores, modificações das estruturas físicas dos espaços escolares e, por fim, maior suporte pedagógico, tanto para o aluno quanto para o professor.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Tereza Hortencia da Silva. **Entre o específico e o indissociável: formação docente e ensino colaborativo para a inclusão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, p. 157. 2020.

ANJOS, Pollianna Garcia dos. **Reflexões sobre a formação continuada de professores na perspectiva da Educação Inclusiva e suas implicações no trabalho docente**. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal do Amazonas, p.186. 2018.

BRASIL, **Lei N° 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19. Mai. 2024

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf >. Acesso em: 12 out. 2010.

MATIAS, Francine de et al. **A Formação Continuada no Contexto da Educação Inclusiva: contribuições para as práticas pedagógicas de professores do Município de Caçador-SC**. Dissertação (PROFEI – educação inclusiva) Ponta Grossa, p. 77. 2023.

NOVAES, Laura Rechdan Ribeiro. **As significações de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre a educação inclusiva**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, p. 151. 2020.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.

SAMPAIO, Juliana Delpasso Bistrican. **DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM: práticas docentes inclusivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, p. 127. 2022.

SILVA, Vanessa Caroline da. **A escola e o professor frente ao currículo inclusivo**. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal do Paraná, p. 153. 2010.

SENNA, Luiz Antonio Gomes. Formação docente e educação inclusiva. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, p. 195-219, 2008.

RIVERA, Andreza Fiorini Perez. **O desafio da inclusão de alunos com NEE em aulas de Matemática: O caso dos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Goiás, p.100. 2017.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 527-542, 2016.